

1 **Ata da 224ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho de Administração**
2 **do Instituto Estadual de Florestas, ocorrida no dia 18 de maio de 2017,**
3 **às 09:00 horas, no Plenário da Rua Espírito Santo, nº 495, Centro, Belo**
4 **Horizonte.** Iniciou a reunião com o Presidente João Paulo Mello Rodrigues
5 Sarmiento, Secretário Executivo do Conselho de Administração e Diretor Geral
6 do IEF agradecendo a presença todos os presentes e informando aos
7 Conselheiros da SEAPA, SEDECTES, SEF, SEPLAG, CRBIO, CREA, IEF,
8 FAEMG, que já havia quórum e que essa seria uma reunião bem curta e iria
9 iniciar com a execução do Hino Nacional .Informou em seguida que era uma
10 reunião muito importante para nova estruturação que está sendo proposta, que
11 encaminhou o Decreto para que o Conselho tivesse conhecimento e ele é de
12 extrema importância realmente para alavancar as novas atividades que o IEF
13 estava reassumindo, e outras, reorganizando a instituição mesmo como um
14 todo e que seria mais detalhado pelo servidor Ronaldo e esperava uma
15 reunião bem produtiva. Passou em seguida, ao item 03 Exame da Ata da
16 223ª Reunião do Plenário de 04/05/2017. O Conselheiro Vitor da CRBIO pediu
17 que em relação a doação do contêiner para o Município de São Sebastião do
18 Paraíso, que gostaria de fazer a sugestão de adequação, que ficasse
19 registrado na Ata a destinação do uso do contêiner, que seria para a unidade
20 de recebimentos de resíduos da construção civil e não apenas para receptivo
21 da garagem. O Conselho acatou a sugestão e a ata foi APROVADA por
22 unanimidade dos Conselheiros presentes. Passou-se a apresentação das
23 alterações que foram feitas dentro do Decreto, que reformou a estrutura do
24 SISEMA . O Presidente João Paulo informou que a SEMAD já teve seu
25 decreto alterado e que todas as casas agora estavam fazendo esse mesmo
26 processo e que estavam trazendo para o conhecimento do Conselho. Que
27 dentro da política adotada pelo Governo é fundamental para que o Sistema de
28 Meio Ambiente volte a rodar bem mais afinado, então a SEMAD e as outras
29 casas também estão fazendo a sua mudança e o IEF, pelo seu tamanho,
30 estavam correndo bastante com o decreto e que o mesmo já estaria numa
31 fase final . Que já haviam sido feitas algumas revisões e para que todos
32 tivessem conhecimento das novas estruturas do IEF, o servidor Ronaldo –
33 Analista Ambiental do IEF iria apresentar o Decreto para todos os presentes
34 para que fosse debatido e discutido.

35 **- Ronaldo - Analista Ambiental do IEF:** - Bom dia a todos, eu fiz aqui uma
36 apresentação bem simples e bem rápida e vou tentar ser bastante didático
37 para a gente ter mais tempo de discutir. O que estabeleceu a necessidade de
38 um novo Decreto foi a Lei 21.972 de 2016, que mudou um pouco a estrutura
39 do IEF em relação a última alteração que tinha sido feita na Lei Delegada 180.
40 Essa Lei traz para o IEF algumas estruturas que tinham sido retiradas ao longo
41 do tempo, como a Diretoria de Administração e Finanças e Diretoria de
42 Controle, Monitoramento Geotecnologia que tinha outros nomes no passado e
43 a gente ajustou um pouco os nomes e o IEF passa a ter uma estrutura

44 diferente, voltando com algumas atribuições que eram antigas. Eu queria
45 destacar a Diretoria de Fauna, que não existia antes. Nós tínhamos três
46 diretorias que eram : Diretoria de Áreas Protegidas , Diretoria de Proteção a
47 Biodiversidade e Recuperação de Ecossistemas e a Diretoria de Fauna que
48 não existia, apesar da competência da fauna já estar no IEF desde 2011. A
49 Fauna ficava dentro da Diretoria de Proteção à Biodiversidade, que tinha
50 várias atribuições e dentre elas a fauna que é uma demanda muito grande,
51 que absorve muito a equipe como um todo e achou-se por bem, então que a
52 gente criasse uma Diretoria de Fauna e redistribuísse o restante das
53 atribuições da Diretoria de Proteção à Biodiversidade para as outras diretorias.
54 Então teve esse ajuste no nome da diretoria, ela passa a ser chamada de
55 Diretoria de Fauna, onde foi redistribuído para as outras diretorias até mais
56 competências dessas antiga Diretoria de Proteção à Biodiversidade .

57 - **Presidente João Paulo:** - A Fauna era uma atribuição do IBAMA, a
58 legislação passa para o Estado e passa pro IEF. É uma questão extremamente
59 especializada e tem uma demanda muito grande. No CETAS aqui de Belo
60 Horizonte, que é uma parceria com o IBAMA, a gente chega a receber mais
61 de 8.000 animais por mês. É uma demanda grande, porque temos que
62 comprar alimentos para esses animais, eles precisam de tratamentos, até a
63 soltura desses animais. E outra coisa fundamental é a volta da gestão
64 administrativa e financeira e assim voltando a esperança e intenção de
65 agilizar os processos administrativos.

66 - **Conselheiro Vitor da CRBIO:** - Presidente, essa questão da Fauna, eu
67 queria deixar registrado , se o IEF tem equipe técnica para admitir essa nova
68 atribuição?

69 - **Presidente João Paulo:** - Tem equipe técnica, tem veterinários especialistas
70 em fauna, a gente tá estruturando uns 06 a 08 CETAS no estado inteiro, a
71 gente tem feito parceria com os CETAS do IBAMA e já temos veterinários,
72 biólogos e demais profissionais que estão exclusivamente nessa atividade.

73 - **Ronaldo – Analista Ambiental do IEF :** - No concurso 2013 foi previsto os
74 cargos de veterinários e biólogos exclusivamente para atender ao CETAS. A
75 Lei 21.972 retornou para o IEF os Atos autorizativos não vinculados ao
76 Licenciamento, coisa que a gente fazia até 2011, todos os atos autorizativos
77 que estavam fora do licenciamento ambiental formal eram feitos pelo IEF e isso
78 mudou em 2011, migrou para a SEMAD e agora está voltando porque
79 percebemos que não funcionou da forma como se imaginava. A priorização dos
80 processos do licenciamento, que tem uma demanda política muito mais forte
81 acabou represando os atos menores, aqueles que Produtores Rurais pedem
82 uma poda de uma árvore, corte de árvores isoladas, limpezas menores, isso
83 que tá fora acabou ficando represado e não ficou funcionando a contento.
84 Então a gente retoma novamente isso para o IEF e a gente vai ter um desafio
85 grande de reestruturar todas nossas regionais para poder assumir isso de

86 forma plena e dar conta do trabalho que não é pequeno, a gente está
87 retomando um passivo aí de aproximadamente 12.000 atos autorizativos que
88 estão vindo do interior, formalmente são 6.000, mas a gente começou abrir o
89 armário tem um monte não estavam formalizados e pra esses também a gente
90 tem que dar resposta. Então a gente vai ter um esforço muito grande para
91 reestruturar todos os nossos regionais, para dar conta de reassumir essa
92 função. A estrutura de Administração e Finanças que a gente perdeu em
93 2006, salvo engano com a Lei Delegada de 2006, isso foi unificado na
94 SEMAD, nós convivemos com isso quase 11 anos e que tem trazido pra
95 gente muita dificuldade, a execução financeira e principalmente compras e
96 contratos a gente tem uma dificuldade muito grande e a demanda do IEF é
97 muito grande, a gente tem uma estrutura muito grande e não estava
98 acontecendo da forma que a gente esperava que acontecesse. Foi uma
99 decisão desse governo de separar novamente todas as casas que retomam
100 suas atribuições. No começo vai ser um pouco mais difícil de fazer essa
101 gestão por que essa transição vai ser bastante complexa mas com todo o
102 esforço da Secretaria de Meio Ambiente, com o apoio do governo como um
103 todo que decidiu que esse era o melhor caminho, a gente vai retomar essa
104 atribuição e a gente espera inclusive que as coisas passem até a melhorar em
105 relação ao funcionamento entre os órgãos vinculados da SEMAD. A Gerência
106 do PREVINCÊNDIO volta também, ela tinha saído em 2011, migrou para
107 SEMAD e apesar de estar funcionando bem a gente entendeu o que como o
108 PREVINCÊNDIO atende exclusivamente as Unidades de Conservação do IEF
109 e por cooperação algumas unidades federais quando é possível entender, mas
110 ela atende exclusivamente as Unidades de Conservação então, não fazia
111 muito sentido o PREVINCÊNDIO está ligado à Subsecretaria de Fiscalização.
112 O planejamento ficava mais complexo porque a gente tinha duas casas
113 conversando e planejando uma ação que era para ser executada dentro das
114 Unidades de Conservação então, é claro para todos nós agora de que o
115 PREVINCÊNDIO deveria voltar para o IEF e ficar na Diretoria de Unidade de
116 Conservação para poder continuar tendo a efetividade que ele está tendo, mas
117 simplificar o planejamento. Aí a gente tem agora a adequação das diretorias, a
118 formalização da Diretoria de Fauna e das novas diretorias. A Diretoria de
119 Fauna agora passa a ter a atribuição só de trabalhar com a fauna e as demais
120 atribuições que ficavam com a Diretoria de Biodiversidade, pesquisa, cadastro
121 no CAR, essas competências migraram para outras diretorias. Houve
122 também a mudança do nome da Diretoria de Unidade de Conservação que
123 anteriormente era chamada de Diretoria de Áreas Protegidas. O mundo inteiro
124 trabalha com áreas protegidas e entende que as áreas protegidas são
125 unidades de conservação. Aqui no Brasil o pessoal inclui nas áreas protegidas
126 as áreas de Reserva Legal, APP, APE e não é foco do IEF trabalhar com
127 essas áreas. Nós trabalhamos com Unidades de Conservação, então a gente
128 achou por bem mudar o nome pra acabar com isso. Então, quem quiser tratar
129 de APP ou Reserva Legal vai tratar com o IEF, mas não com essa diretoria,

130 ela não lida com esse tipo de área protegida ela só lida com Unidade de
131 Conservação. Redistribuição das Competências pelas demais Diretorias :
132 Retorno do SERCAR e dos Núcleos de Apoio ao Regional . Os núcleos foram
133 outras estruturas que também migraram para SEMAD em 2011 pela Lei
134 Delegada. Os núcleos eram atendidos pelo IEF até 2011 com essa mudança
135 eles migraram para SEMAD e agora eles retornam pra gente com uma
136 pequena novidade, a gente divide com a SEMAD esses núcleos apesar da
137 gestão administrativa ser nossa, mas aquilo que a SEMAD entender como
138 oportuno e conveniente para ela vai ter uma estrutura em conjunto com a
139 gente, assim como nós divididos os Regionais com a SEMAD, a maioria deles,
140 eles vão dividir os Núcleos conosco para tentar otimizar esse atendimento no
141 interior.

142 - **Presidente João Paulo:** Nós estamos otimizando toda a estrutura do
143 Sistema de Meio Ambiente, a Administração e Finanças voltando para o
144 Diretor-Geral, que muitas vezes ele estava assinando mas ele não tinha
145 qualquer ação. Então volta a parte administrativa e financeira para próximo do
146 Diretor-Geral, isso é importante. Os atos autorizativos não vinculados ao
147 licenciamento são ações realizadas pelos Núcleos. Os Núcleos, eles não só
148 trabalhavam com licenciamento, eles davam toda uma diretriz da política do
149 IEF no interior, aonde a questão dos programas de fomento, de restauração
150 também eram de competência deles, mas indo para SEMAD se perdeu muito
151 esse contato porque você tem uma visão mais do licenciamento e isso
152 também a gente está ajustando. O SERCAR é uma área de extrema
153 importância onde a gente faz a arrecadação, nós trouxemos isso novamente
154 para o IEF e como é arrecadação, estamos trabalhando muito próximo da
155 Secretaria da Fazenda, estamos pegando as expertises de cada um, e são
156 essas mudanças que realmente nós estamos enxergando como melhoria da
157 nossa atividade para atender mais as necessidades do Estado e do cidadão.

158 - **Ronaldo – Analista Ambiental do IEF:** - O João Paulo lembrou muito bem
159 aqui uma coisa que eu ia passar batido, que eu não ia lembrar de falar que é o
160 fomento. A gente perdeu esse link a partir de 2011 e de uma atividade que
161 talvez seja uma das mais importantes e o reflexo disso tá aí, a gente tá vendo
162 hoje que o Fomento realmente não está acontecendo da forma como a gente
163 gostaria. A gente tem um problema de recursos hídricos, está recorrente em
164 várias regiões do Estado e isso tá muito ligado a essas ações de proteção às
165 nascentes, recuperação de áreas de recarga, coisas que foram meio
166 descontinuadas. Não é que nós perdemos atribuições, mas nós perdemos o
167 nosso braço lá da ponta que eram os Núcleos, que era onde a gente capitava
168 todas as demandas de trabalhar com o fomento, então a gente perdeu o meio
169 dessa ligação e a gente quer retomar agora e fazer essa ação que é muito
170 importante, pois a gente tem que trabalhar a proteção das áreas de recarga, a
171 proteção e a recuperação das áreas recarga. A gente está tendo reflexo e
172 muito claro e não é só o impacto social não, a falta de água traz o impacto

173 financeiro severíssimo, porque ninguém vai se instalar aonde não tem água
174 disponível para poder tocar o seu processo, então é muito importante que a
175 gente frise isso. O novo Decreto traz a formalização das Coordenadorias das
176 Unidades Regionais: a gente tem informalmente hoje, as Coordenadorias que
177 trabalham com as ações que a gente tem ligadas aos Regionais e elas são o
178 nosso elo de ligação entre as Diretorias e os Regionais e agora estamos
179 trazendo para dentro da estrutura formal do IEF. Então pra cada Diretoria a
180 gente tem um reflexo dela em cada um dos Regionais: Coordenadoria de
181 Unidade de Conservação; Coordenadoria de Recuperação de Estruturação;
182 Coordenadoria de Administração e Finanças, a gente formaliza isso nos
183 Regionais, formalização das estruturas que sempre existiram e nunca tiveram
184 no Decreto, a gente sempre teve as Unidades de Conservação e elas nunca
185 estavam descritas no Decreto, a gente sempre teve os viveiros e eles não
186 estavam descritos no Decreto, a gente tem os CETAS e os CRAS que a gente
187 está criando e agora eles vão passar a constar como estrutura formal do
188 IEF. O rearranjo das Unidades Regionais, a gente passa a ter agora 14
189 regionais, antes eram 13 e durante muito tempo a gente tem discutido essa
190 questão da regionalização. A lei permite que a gente vai até 17 Regionais,
191 mas a gente entende que, até pode ser que um futuro tendo condições de
192 fazer as 17 Regionais a gente possa migrar para isso mas, nesse momento a
193 gente entendeu que o que era urgente era resolver um problema que a gente
194 tinha antigo, que era o Regional Metropolitano. Nós temos Produtores Rurais
195 que demandam muito dos nossos regionais, e um produtor rural de João
196 Monlevade, para formalizar um processo, para resolver um problema, tinha
197 que ir a Barbacena, que é nosso Regional Centro-Sul, então ele tinha que
198 atravessar o Estado para ser atendido no nosso Regional. E aí a gente
199 percebeu que a gente tem aqui dentro da região metropolitana uma
200 especificidade muito grande de ações, de demandas que se diferem muito das
201 outras demandas que a gente tem nos demais Regionais. Então nós criamos
202 um Regional Metropolitano, que é um pouco mais enxuto, ele é menor, ele
203 não vai ter talvez nem Núcleo, não existe Núcleo formal para ele, então a
204 gente nesse momento não está criando, nem acabando com nenhum Núcleo,
205 só estamos retomando os que vêm da SEMAD. É um Regional pequeno, são
206 27 municípios que compõem esse Regional, mas se ele trabalha numa região
207 muito próxima daqui, onde a demanda é muito forte a gente traz uma
208 celeridade melhor no atendimento ao público. O organograma do IEF agora:
209 Conselho de Administração, Diretoria Geral, com suas unidades de apoio:
210 Auditoria, Gabinete, Procuradoria e as Unidades Regionais que estão ligadas
211 diretamente, administrativamente a Diretoria Geral. Diretoria de Fauna,
212 Diretoria de Unidade de Conservação, Diretoria de Conservação e
213 Recuperação de Ecossistemas que vai trabalhar com fomento, gestão territorial
214 e Diretoria de Controle Monitoramento de Geotecnologia que trabalha com os
215 atos autorizativos, aqui dentro está talvez um dos maiores desafios que a gente
216 tem agora, porque nós temos 600 mil propriedades rurais para avaliar o CAR e

217 começar a implantar o PRA, é um desafio monstruoso que a gente vai ter, são
218 mais de 600 mil propriedades rurais, então que a gente vai ter que trabalhar
219 com isso e a Diretoria de Administração e Finanças que a gente retoma com as
220 atividades de área meio. Diretoria de Fauna são três Gerências: Gerência de
221 Uso e Manejo da Fauna Silvestre, Gerência de Proteção à Fauna Aquática e a
222 Pesca, Gerência de Conservação da Fauna Silvestre. A Diretoria de
223 Conservação Recuperação de Ecossistemas: a Gerência de Fomento e
224 Recuperação Ambiental, Gerência de Planejamento da Conservação dos
225 Ecossistemas, Gerência de Reposição Florestal e Sustentabilidade Ambiental.
226 A Diretoria de Unidade de Conservação essa ficou um pouco maior com a
227 volta do PREVINCÊNDIO, ela tem 5 gerências: Gerência de Criação de
228 Unidade de Conservação, a Gerência de Compensação Ambiental, Gerência
229 de Implantação e Manejo das Unidades Conservação, Gerência de
230 Regularização Fundiária, Gerência de Preservação e Combate a Incêndios
231 Florestais. A Diretoria de Controle Monitoramento Geotecnologia tem a
232 Gerência de Cadastro e Registro, que vai trabalhar só com o procedimento de
233 arrecadação e de controle de atividades potencialmente poluidores; Gerência
234 de Monitoramento Territorial e Geoinformação que é quem vai dar suporte não
235 só a essas atividades de atos autorizativos, mas até mesmo a criação de
236 unidade de conservação, pro fomento, onde estão as áreas passíveis ou
237 necessárias de recuperação, então assim ela vai fazer um mapeamento da
238 cobertura vegetal que já é feita hoje, e trabalhar de forma mais efetiva e com a
239 ferramenta um pouco mais ágil. Os próprios atos autorizativos, tirar a
240 necessidade de ir ao campo para qualquer demanda, de ter que ir a campo
241 verificar se aquela ação pode ou não acontecer. A gente começa a usar a
242 ferramenta de geoprocessamento e sensoriamento remoto para poder ganhar
243 agilidade, porque nós não vamos ter braço para atender, Minas Gerais é muito
244 grande e a demanda é muito grande, então, se a gente começar a utilizar
245 ferramentas um pouco mais ágeis, a gente pode começar a autorizar a
246 distância porque a gente não vai dar conta de fazer, a gente não vai ter
247 condição de ter uma estrutura de recursos humanos suficiente para fazer isso
248 in loco para todos os pedidos. Gerência de Controle e Exploração Florestal e
249 Intervenção Ambiental onde vão estar ligados aos atos autorizativos e a
250 Gerência de Cadastro Ambiental Rural onde está o CAR, que vai ter esse
251 desafio das 600 mil propriedades para validar o CAR e começar a implementar
252 o PRA. O PRA, caso alguém não saiba é o Programa de Recuperação
253 Ambiental, todo mundo que fez o cadastro ambiental rural vai ter que adequar a
254 propriedade, caso ela não esteja adequada com a Reserva Legal, APP vai ter
255 um trabalho de recuperação Ambiental dessas propriedades. A Diretoria de
256 Administração e Finanças com a Gerência de Planejamento e Orçamentos,
257 Compras e Contratos, Contabilidade e Finanças, Gerência de Logística e
258 Patrimônio, a gente dá falta de Recursos Humanos mas foi uma decisão de
259 nesse primeiro momento a gente não trazer recursos humanos porque já vai
260 ser um esforço muito grande retomar todas as atribuições, e trazendo recursos

261 humanos nesse momento a gente talvez tivesse muito mais perdas do que
262 ganho do ponto de vista de gestão de pessoas, a gente continua junto, depois,
263 ao longo do tempo fazemos uma avaliação se vale a pena continuar
264 centralizado somente na SEMAD a gestão de pessoas, na frente tomando a
265 decisão que é melhor continuar, continua e tomando a decisão de separar, a
266 gente separa , é uma coisa que a gente vai ao longo do tempo avaliar.

267 - **Presidente João Paulo:** Como é que nós concebemos a estrutura do IEF,
268 dentro das atribuições que estávamos retomando, nós pensamos em não criar
269 muitas caixinhas. A ideia nossa não é criar muitas instâncias de decisões,
270 então nós tentamos reduzir ao máximo dentro das atribuições que temos ,
271 quanto mais a gente tiver o menor número de instâncias de decisões, mais ágil
272 vai ser as decisões a serem tomadas. Bem como, se eu tenho muitas caixinhas
273 eu tenho que ter cargos, então, além de ser uma situação muito difícil hoje,
274 então vamos priorizar e privilegiar aqueles que realmente estão dedicando,
275 estão trabalhando para a gente pontuar melhor o pessoal que a gente tem.
276 Então vamos remanejar para valorizar aqueles servidores e a gente vai
277 começar a buscar critérios realmente de valorização dos Servidores que estão
278 trabalhando, estão dedicando. É uma forma bem eficiente da gente está
279 trazendo o servidor, e efetivamente aquele servidor, ele vai começar a
280 realmente ter interesse, eu não estou falando que não tem, mas vai ter mais
281 interesse em está dedicando, está trabalhando porque ele vê no horizonte uma
282 condição realmente de melhoria da situação salarial dele. Fizemos a opção
283 para redução ao máximo, dentro da estrutura que tem, para na hora que tiver
284 essa melhoria da situação do Estado que a gente espera em breve, sabendo a
285 luta da Fazenda e de todos os órgãos para estar melhorando para gente sair
286 dessa situação para em breve a gente poder premiar aqueles servidores que
287 realmente estão trabalhando, estão bem qualificados e está remunerando
288 melhor. Então, essa foi a linha que nós traçamos hoje para a instituição. Não
289 queremos muitas caixinhas, queremos caixinhas eficientes com servidores
290 satisfeitos para poder dar o retorno. Então, foi essa a linha que nós adotamos,
291 enxugamos algumas coisas dentro do possível, fizemos o máximo.

292 - **Ronaldo – Analista Ambiental do IEF :** - E por último a Unidade Regional
293 de Florestas e Biodiversidade que até pouco tempo era chamada de
294 Escritórios Regionais, agora tem esse nome de Unidade Regional de Florestas
295 e Biodiversidade, vocês percebem que aqui nós temos 06 coordenações que
296 são reflexos das cinco diretorias que a gente tem na sede, mais uma
297 coordenação Regional de Controle Processual que dá o apoio jurídico aos
298 Regionais nas emissões de atos autorizativos, na análise de todos os
299 processos, controle processual e temos o Núcleo de Apoio Regional que hoje
300 são 52 que estão voltando da SEMAD e ao longo do tempo a gente vai fazer
301 uma análise do que vai ser mais pertinente, se vai diminuir ou aumentar os
302 Núcleos. A lei não estabelece um limite e o Decreto vem estabelecendo um
303 limite de 56 mas, nesse momento nós vamos ter 52 Núcleos e fazer uma

304 avaliação do que é mais pertinente. A gente vai ter que entender se a gente
305 consegue otimizar esses núcleos e até diminuir a quantidade deles, até
306 para que a gente ganhe um pouco mais de efetividade, mas a decisão tomada
307 é de manter o que a gente tem, até porque politicamente, que primeiro
308 momento seria ruim fazer qualquer mudança, então, nos mantemos os 52
309 Núcleos que estão retornando hoje e ao longo do tempo avaliar o que for
310 melhor.

311 - **Presidente João Paulo:** - Como é concebida essa estrutura regional, você
312 tem o Supervisor Regional que fazendo analogia com a Sede seria quem faz o
313 papel da Diretoria Geral, fica nessa parte administrativa, toda essa parte do
314 comando nas Regionais. E cada diretoria técnica tem um coordenador. Nós já
315 tivemos uma ação muito exitosa nessa linha, porque o objetivo nosso não é
316 que a sede execute. Então, estamos criando as diretrizes, estamos criando os
317 procedimentos todos, revendo toda essa parte para que, tudo o que for
318 possível seja descentralizado, passar para o Regional a execução e a Sede
319 realmente vai pensar nas políticas. O objetivo nosso é a Sede não executar,
320 hoje na Sede, nós temos uma ação muitas vezes executiva, só um diretor para
321 resolver um problema. Isso não quer dizer que não vai poder fazer, mas como
322 ele tem essas representações diretas, então com a criação da Unidade de
323 Conservação, o diretor vai estar muito próximo desse Coordenador de Unidade
324 de Conservação, ele vai estar dando todo o histórico da situação real das
325 unidades, então traz essa proximidade. A busca nossa é descentralizar o
326 máximo possível, mantendo o controle para que a Sede realmente possa
327 organizar e está fazendo esse trabalho. Você tem essa proximidade das
328 Diretorias Técnicas e da Diretoria-Geral e nós temos feito alinhamento com
329 essas diretorias, com essa equipe de campo. A gente chama o pessoal de
330 campo e faz os alinhamentos, é uma forma até mais ágil de estar cumprindo
331 com os trabalhos, então muitas vezes se tem uma situação de
332 desenvolvimento florestal, de recuperação, de restauração florestal e não há
333 necessidade de vir direto aqui na sede. Há uma conversa com a parte
334 operacional e técnica com esse Coordenador, as instâncias vão subindo para a
335 resolução. É uma forma bem interessante de reaproximar o Estado, nas nossas
336 atividades com a população, com o cidadão lá do interior e os Núcleos são
337 realmente bem operacionais. Abaixo dos Núcleos nós temos as agências, que
338 são aqueles escritórios locais que estão lá no município. Então é sempre essa
339 busca de reaproximar, como exemplo temos a situação de um produtor rural
340 de Monlevade ter que ir para Barbacena. Na hora que ele desce na rodoviária
341 de Belo Horizonte para almoçar, ele é assaltado, ele perde. Então, quanto mais
342 a gente conseguir trabalhar próximo ao município do produtor é melhor e nós
343 pensamos muito em como vamos trabalhar com o público. Nós estudamos qual
344 é o fluxo daquele município, qual é aquele município Central onde o produtor
345 vai consultar, onde ele vai na feira, onde vai comprar os produtos melhores.
346 Então, nós começamos a estudar as cidades, a gente tinha um pessoal de

347 Pará de Minas indo para Divinópolis, então você quebrava um fluxo, Pará de
348 Minas você traz para Belo Horizonte, fizemos essa avaliação para realmente
349 facilitar e manter uma estrutura. Com relação aos Núcleos, nós vamos receber
350 os núcleos, vamos fazer uma avaliação de quais são os necessários, quais
351 não são, quais estão improdutivos ou não, avaliar se de repente esse núcleo
352 vira uma agência e tem um local que precisa mais do núcleo, que concentra e
353 tem uma estrutura menor, nós vamos fazer toda essa avaliação. A gente já
354 está de forma articulada, trabalhando com a SEMAD, não oficialmente, mas
355 para que quando o Decreto tiver efetivo não ter aquela ruptura, não faz sentido
356 fazer uma ruptura, isso está sendo gradativo. Estamos conversando com
357 aqueles servidores que atendiam a SEMAD para até evitar esse choque dos
358 próprios servidores. A gente já tem feito alguns comunicados, já estamos
359 ajustando nas áreas. O PREVINCÊNDIO já está no IEF hoje, mas tem
360 algumas gestões que é a da SEMAD. Estamos trabalhando muito articulado, a
361 nossa preocupação é não criar uma ruptura que tivemos numa experiência
362 anterior. A gente trabalhar com pessoas, temos que buscar diminuir as
363 ansiedades. Depois dos Núcleos, temos as agências e estamos pensando em
364 quais são as mais próximas, quais são as úteis, quais não são, se temos que
365 criar mais, e nas Agências temos muitas parcerias com os municípios que nos
366 dão muito apoio. Então, essa é a diretriz, o pensamento que a gente trabalhou
367 nesse Decreto, o objetivo é retomar, é claro que nós vamos ter momentos
368 ainda de confusão, mas a gente já vem trabalhando para evitar as rupturas,
369 para que possamos estar respondendo na maior brevidade possível pelas
370 nossas atribuições e ficando claro para a população, a quem procurar. O
371 SERCAR é um ponto fundamental que temos que reorganizar e nós sentimos
372 que o SERCAR, ele tem que utilizar bastante programas, não pode ser da
373 forma mecânica. Tem que trabalhar, buscar essas informações e essas
374 questões do CAR e do PRA, como a gente tem uma estrutura aqui na sede
375 bem forte de sensoriamento remoto, de imagens de satélites, tem que levar
376 isso para a Coordenadoria, porque quanto mais a gente agilizar, quanto mais
377 tivermos próximos da população, melhor. O nosso passivo nessa área são
378 mais de 600 mil processos que a gente tem que validar, já estamos
379 trabalhando, inclusive, o pessoal nosso dessa área para o módulo já está em
380 treinamento na UFLA hoje, trabalhando e agora a gente já vai começar a traçar
381 as diretrizes do PRA, Programa de Recuperação Ambiental para estar podendo
382 atender. E dentro dessa estrutura nós acreditamos que a resposta para a
383 comunidade seria mais rápida e clareando bem agora a gente está começando
384 trabalhar nos processos, como é que nós vamos estar estruturando, começar
385 a reorganizar toda a instituição para a gente atingir todos os nossos objetivos.

386 - **Ronaldo – Analista Ambiental do IEF:** - As agências são ligadas aos
387 Núcleos. As agências têm uma característica interessante, ela é uma demanda
388 inversa, o município gera uma necessidade, o município oferece toda a
389 estrutura, ou a gente oferece um técnico, ou às vezes, até o próprio município

390 nos cede o técnico. A estrutura da agência é mais para receber demanda,
391 orientar o produtor rural. A agência não faz análise de atos autorizativos porque
392 é uma competência exclusiva do servidor do IEF mas, ela dá apoio no
393 fomento, nas Unidades de Conservação, vai poder apoiar agora na Fauna e
394 nas demais competências. Isso se a gente pensar que debaixo de cada
395 Coordenação dessa ainda tem uma estrutura ligada, o controle processual tem
396 núcleo de auto de infração que vai estar ligado para fazer análise de infração
397 que por ventura sejam lavradas a nível regional. A Unidade de Conservação,
398 abaixo dela estão as nossas 91 unidades de conservação formalmente
399 instituídas. Conservação e Recuperação de Ecossistemas, nós temos 62
400 viveiros que estão ligados a ela, e a gente precisa fazer gestão.

401 - **Conselheiro Victor da CRBIO:** - Você falou das Agências, imagino que você
402 esteja falando das AFLOBIOS, eu senti falta da definição de competência das
403 AFLOBIOS no Decreto.

404 - **Ronaldo – Analista Ambiental do IEF:** - A gente tinha colocado as
405 competências e em uma articulação que a gente fez com a SEPLAG, que faz
406 uma análise toda do Decreto e muitas das competências que a gente entendia
407 como competências estavam ligadas as atividades, descritas no ART. 55 do
408 Decreto. As competências que a gente tinha listado, a SEPLAG entendeu que
409 eram muito mais atividades do que competência e a gente concordou em
410 realmente tirar. Na verdade, a função das Agências é ser o último braço na
411 captação das demandas da sociedade, o atendimento desse público lá na
412 ponta. Foi uma proposta da SEPLAG tirar muitas das competências, tanto
413 dos núcleos de auto de infração, quanto do SERCAR, a nível regional, porque
414 na verdade é um espelho daquilo que a gente tem aqui, se eu tenho as
415 competências já distribuídas nas Gerências da SEDE, nada mais são as
416 unidades concentradas o espelho daquilo que a gente tem aqui na SEDE.

417 - **Presidente João Paulo:** - Vitor, é importante a gente está prevendo porque
418 elas são mutáveis ou não, tem articulação com o Município, tem algumas que
419 são toda estrutura do IEF e elas serão instituídas por portaria. Então, se você
420 tem aqui, a atribuição geral, dentro da portaria, viu a necessidade porque tem
421 regionais que tem uma demanda maior, tem regionais que não tem. Então,
422 você cria elas estruturalmente, elas já estão aqui com essas atividades,
423 serviços prestados para a comunidade buscando gestão mais participativa e
424 executar atividades técnicas e administrativas, receber processos, e tal, tudo
425 dentro de uma lógica mais jurídica do que técnica, a orientação foi nesse
426 sentido e como ela responde logo ao núcleo dentro dessa estruturação jurídica,
427 essa foi a opção por esse modelo.

428 - **Conselheiro Vitor da CRBIO:** - Eu imagino que as que já estão criadas
429 serão mantidas, porque está falando que serão instituídas através de portarias
430 do IEF. Você falou sobre receber processos, é lógico que o técnico que está
431 na AFLOBIO não tem a função de fazer a análise, mas a AFLOBIO volta a ter

432 aquela função que tinha, sem fazer uma crítica direta, que funcionava melhor
433 que o modelo de hoje. Então passa a ter essa função de fazer essa
434 intermediação e até de certa forma não forçar o produtor rural, como você
435 citou, pegar o ônibus e descer na rodoviária e ser assaltado eventualmente.

436 - **Presidente João Paulo:** - Bem lembrado, são dois pontos que você tocou
437 em relação as Agências. A primeira coisa é esse o objetivo, é estar mais
438 próximo ao produtor, então, ele vai na agência, pode dar uma primeira
439 assistência, vê se houve um problema ambiental, isso sobre a coordenação do
440 núcleo, sobre orientação do núcleo e a ideia é que faça reuniões quinzenais
441 ou semanais como anteriormente os Núcleos trabalhavam com as Agências
442 nesse sentido. Aí você verifica a concentração de demandas que são
443 levantados pelas Agência , o núcleo faz esse levantamento e pode até
444 colocar os profissionais juntos para atender aquela demanda que está mais
445 acumulada. Com relação a fechar Agências ou abrir Agências, isso nós
446 estamos trabalhando muito com a demanda, que nós temos algumas Agências
447 abertas hoje, que você tem uma servidora da prefeitura que fica meio
448 expediente, então, não há nenhuma demanda para aquela Agência e às vezes
449 você tem algum local próximo, num município vizinho e é onde concentra o
450 maior número de demandas e ele está fechado, então, mas isso vai causar
451 nenhuma ruptura, vamos estar avaliando se realmente há necessidade das
452 duas a gente articula com o município, isso é uma relação muito próxima com o
453 município também, e o nosso objetivo é agilizar esse contato com o produtor
454 rural. Vamos tentar buscar todas as situações para o atendimento mais
455 próximo, as Agências tem esse objetivo, de melhorar as nossas ações junto ao
456 nosso público alvo.

457 - **Ronaldo – Analista Ambiental do IEF:** - A Coordenação Regional de
458 Proteção à Fauna não terá em todos os regionais, mas nós temos os SETAS e
459 os CRAS, tem Projeto Asas, que é relacionado a soltura, toda a estrutura
460 regionalizada. Controle e Monitoramento está no NUCAR que é o Núcleo de
461 Cadastro e Registro também em cada um dos Regionais e a Coordenação de
462 Administração e Finanças que é o que vai dar condição de controle de frota, de
463 áreas, então tem o reflexo também do que tem aqui na sede. Espero que a
464 gente tenha conseguido passar aqui os principais pontos de mudança e
465 atenção que a gente tem que ter nesse novo decreto e ficamos à disposição.

466 - **Conselheiro Leonardo do IEF:** - Só para complementar, uma pequena
467 distorção que houve com a Lei Delegada 180 em 2011 que esse decreto
468 corrige. Além da capilaridade que ao longo de 50 anos o IEF foi atingindo em
469 função da demanda e também da necessidade de uma ação de proteção
470 ambiental, então são duas questões que foram levando o IEF a e essa
471 capilaridade: a qualidade no atendimento ao público e a questão ambiental,
472 também, é claro. Com a Lei Delegada 180 a capilaridade de uma certa forma,
473 ela foi mantida mas, tem uma questão que esse Decreto está corrigindo é que

474 a porta de entrada dessas demandas passou a ser a SEMAD, então começou
475 a acontecer que o município recebia uma demanda, ele tinha que encaminhar
476 essa demanda para o Regional responsável pelo município, que por sua vez
477 encaminhava para a sede do IEF aqui. O IEF, por sua vez, por uma questão
478 legal, da lei delegada, encaminhava essa demanda para porta oficial de
479 demandas da Pasta Ambiental do Estado que era a SEMAD, através de uma
480 diretoria que se chamava DADOC, que ainda existe hoje, com outro nome. A
481 DADOC por sua vez como concentrava toda a demanda ambiental do Estado
482 nela, ela levava um certo tempo para fazer essa triagem e entender que aquela
483 demanda pertencia a pasta verde, IEF, então voltava para a Diretoria do IEF. A
484 Diretoria-Geral por sua vez, é o caminho inverso, entendia que aquela
485 demanda era do Regional, por exemplo, centro-norte e encaminhava para
486 Sete Lagoas. O regional de Sete Lagoas percebia que aquilo era uma
487 demanda lá de Corinto, encaminhava para o município, então essa volta
488 costumava levar 3 meses para a demanda chegar de volta ao demandante. É
489 um exemplo assim bem icônico, a gente pega Arcos, o escritório do IEF de
490 Arcos é numa praça que do outro lado na mesma praça, é o Ministério Público.
491 O Ministério Público atravessava a rua, entregava a demanda de uma perícia,
492 e, às vezes, na mesma semana o técnico no assunto já estava visitando a
493 propriedade rural e na sexta-feira encaminhando o laudo pericial para o
494 Ministério Público. Isso passou a chegar do outro lado da praça e de lá vinha
495 para para Divinópolis que a sede do Regional, Divinópolis-BH, BH-SEMAD,
496 até chegar de volta no técnico levava 3 meses. Então essa lei está corrigindo
497 isso, ela está de parabéns porque o foco não é a instituição, é o público. Quem
498 perde com isso são os dois, o público e o meio ambiente. Então eu acho muito
499 importante frisar isso que é a agilidade no atendimento, afinal de contas
500 quando a Lei Delegada surgiu em 2011, o IEF estava próximo do seu
501 cinquentenário, então ele levou 50 anos para melhorar seu atendimento e de
502 uma certa forma alguma coisa foi perdida de lá pra cá e a gente tenta recuperar
503 agora.

504 - **Presidente João Paulo** : - Fazendo analogia á música do Milton Nascimento,
505 o artista tem que ir onde o povo está, o Estado tem que ir onde a demanda
506 está, onde a demanda é criada e salvo engano, a Fazenda, EMATER e IEF,
507 são as estruturas mais descentralizadas do Estado. Quanto mais a gente tiver
508 condições de criar estruturas efetivas, claro que não vamos criar um setor para
509 ficar só gerando ônus para o estado, mais a gente vai para próximo da
510 comunidade, do nosso público-alvo. O nosso atendimento é em grande
511 maioria do público mais carente, é um produtor rural, um pequeno produtor
512 rural e com esse afastamento, muitas vezes, o Estado poderia estar induzindo
513 o produtor a ilegalidade, por que as dificuldades para eles são tantas, como
514 eles mesmos falam: “Eu vou perder um dia de trabalho” e além disso ele tem
515 que pegar ônibus e o setor rural, na sua grande maioria não está com essa
516 fatura, muitas pessoas estão tirando a sustentabilidade básica. Então, são

517 coisas que a gente quer trazer, não é uma situação perfeita, mas como são
518 coisas feitas através de Decreto eu acredito que a medida que a gente for
519 evoluindo e estruturando, à medida que for realmente vendo as demandas, a
520 gente discute novamente e altera e vai tentando melhorar essa gestão e esse
521 contato com nosso público alvo.

522 - **Conselheiro Vitor da CRBIO** : - Eu acho que todos nós que trabalhamos
523 com Meio Ambiente no Estado, estávamos ansiosos para que esse decreto
524 viesse a se tornar fato e voltar a dar vida novamente para o IEF. Mais uma vez,
525 sem nenhuma crítica ao modelo de hoje, mas eu, particularmente acho que
526 aquele modelo de um tempo atrás está mais próximo disso que a gente está
527 vendo aqui e no meu entendimento funcionava melhor do que o sistema de
528 hoje. Então, ficamos satisfeitos de que esse decreto finalmente tenha ganhado
529 esse corpo, mas o CRBIO, gostaria de discutir melhor esse Decreto e gostaria
530 de um tempo maior e se possível gostaria de pedir vistas.

531 - **Presidente João Paulo** : - Eu só gostaria de fazer um alerta, o pedido de
532 vistas vai influenciar na demora desse decreto, e as várias ações que estão
533 aqui, são conceitos mais gerais. Pedido de vistas vai influenciar na demora
534 dessa estrutura estar funcionando. Então nós vamos ter sérios problemas por
535 que a gente não vai caminhar com esse processo e já mostramos aqui quais
536 são as mudanças realmente com esse objetivo. Então, eu passo a decisão
537 para os Conselheiros porque nós sentimos que seria um grande atraso para
538 poder já estar aplicando essa política.

539 - **Conselheiro Leonardo da SEPLAG** : - Vitor, na verdade a Lei veio e a
540 SEMAD passou na frente, se estruturou, já saiu o Decreto dela , está tudo certo
541 e agora está se discutindo o Decreto das vinculadas que é IEF, IGAM e FEAM.
542 O IGAM e a FEAM não têm que passar por conselho nenhum, e o IEF tem,
543 pela complexidade, então assim não vai caminhar, vai sair dos outros dois e
544 não vai sair do IEF se a gente atrasar esse processo de aprovação aqui, e isso
545 é ruim para o sistema inteiro, eu acho. Eu gostaria de propor, se fosse viável
546 João, porque ainda tem um processo grande no Estado, a gente vai aprovar
547 aqui que é condição para o IEF poder encaminhar para a Casa Civil, que
548 ainda vai fazer toda análise e depois que vai ser publicado o Decreto. Isso não
549 vai ser tão rápido. Então, se fosse o caso de verificar alguma questão muito
550 importante que necessitasse, convocaria uma reunião extraordinária e revia,
551 mas eu também sou a favor da gente caminhar com uma aprovação nesse
552 momento.

553 - **Conselheiro Carlos Alberto da FAEMG**: - Bom dia, eu acho que o pedido
554 de vistas não é um elemento que vai atrapalhar a sistemática. Nós que somos
555 usuários do Sistema de Meio Ambiente de Minas Gerais, a gente tem visto
556 erros, equívocos, nós alertamos sempre, tanto a FAEMG, FIEMG, FETAEMG
557 e a gente sempre conversa e sempre foi muito difícil mexer dentro do Sistema
558 de Meio Ambiente. Não é agora que o João Paulo que é nosso amigo e está

559 fazendo uma boa condução da casa, isso não é por mágica. Eu concordo com
560 o pedido de vista dele e peço vista conjunto.

561 - **Dra. Renata - Procuradoria do IEF:** - Só alertando para os senhores, que as
562 matérias que são deliberativas é que eventualmente caberiam pedido de vista.
563 Esse pedido de vista, ele tem que ser estabelecido a um prazo e de todo modo,
564 tem que ser justificado e em uma reunião subsequente apresentado um
565 parecer. Então vejam que, no caso do Decreto do IEF, os senhores poderiam,
566 até pela questão da urgência, colocada pelo conselheiro da SEPLAG e pelo
567 presidente, verificar se existe de fato uma dúvida mais pontual a ser
568 esclarecida. Caso não exista, o eventual pedido de vista teria que ser sob toda
569 a matéria do decreto e vir acompanhado de um parecer. É esse o interesse dos
570 senhores? Que a prerrogativa é para a matéria deliberativa, o pedido de vista é
571 uma prerrogativa do conselheiro mediante uma justificativa. Então fica aqui um
572 esclarecimento para os senhores avaliarem se de fato caberia ou não um
573 pedido de vista nessa matéria relativa ao Decreto.

574 - **Conselheira Daniele da SEF:** - Dando uma sugestão, como o Leonardo da
575 SEPLAG colocou, que ainda tem um processo de encaminhamento para a
576 Casa Civil e a Casa Civil também vai fazer uma avaliação dessa minuta, então,
577 minha sugestão para tentar otimizar o prazo e a manifestação dos conselheiros
578 que pediram vista, seria que eles encaminhassem as manifestações deles por
579 escrito e que fossem avaliados pela Casa Civil conjuntamente com a minuta.
580 Assim, adequava aos interesses de ambas as partes, do IEF de dar
581 seguimento ao encaminhamento para a Casa Civil e as partes que pediram
582 vistas para manifestarem, fazendo as alterações necessárias. E assim caberia,
583 a qualquer outro conselheiro também que identificasse qualquer outro ponto de
584 alteração, encaminhar. A gente estabelece um prazo, eu não sei se os dois
585 conselheiros que pediram vistas concordam com a sugestão.

586 - **Conselheiro Leonardo do IEF:** - É um ponto importante corroborando com
587 a fala do colega Leonardo da SEPLAG, com o decreto da SEMAD, ela deixou
588 de ter alguns apêndices que legalmente deveriam voltar para suas casas IGAM
589 FEAM e IEF, um exemplo, o PREVINCÊNDIO. Com o decreto da SEMAD ele
590 não pertence mais a SEMAD, entretanto, ele não pertence a ninguém, porque
591 se não existe o decreto do IEF, o PREVINCÊNDIO hoje, legalmente ele está
592 no corredor, ele não está em instituição nenhuma e isso pode gerar sérios
593 problemas operacionais, esse é só um exemplo, existem outros. A fiscalização
594 não pertence mais a SEMAD, mas ela não é nossa, nós não temos nosso
595 decreto. Então, é só para clarear, e um reforço: das 4 instituições, as outras
596 três SEMAD, IGAM e FEAM tem autonomia para alterar a sua estrutura
597 administrativa, a única que não tem é o IEF. Então, é muito importante colocar
598 isso porque existem situações delicadas envolvidas nessa questão.

599 - **Conselheiro Carlos Alberto da FAEMG :** - Nós ficamos 5 anos, ou 6 ou 4
600 com esse equívoco de todo tamanho que entre um dos subprodutos deles são

601 as 20 tantas mil outorgas que estão em atrasos, atos autorizativos, aquilo que
602 você falou João, tem 20 anos que a gente fala isso. O camarada tenta se
603 regularizar no órgão ambiental, não consegue, elevai lá e faz. Se for
604 denunciado, se a polícia ver, é multado, se vem multa, o auto de infração é um
605 flagelo na vida do produtor rural. Então, eu acho que um pedido de vistas, por
606 70 e tantos artigos, nós vimos isso aqui em uma hora e meia e eu cheguei um
607 pouco atrasado e perdi um pouco da explicação que foi muito bem feita, as
608 complementações do João também foram, mas realmente não dá. Eu posso
609 até no meu relatório final de vistas, falar que estou de acordo com o decreto
610 proposto mas, vai ser muito bom, vai ser muito salutar, e eu até gostaria da
611 gente conversar em conjunto, e tem mais outros setores com interesse no
612 decreto, já manifestaram interesse também de discutir. A questão que a gente
613 colocou foi exatamente essa, se tecnicamente e politicamente valia a pena
614 pedir vistas ou deixava o decreto ir e depois no decorrer do tempo a gente ia
615 sugerindo. Mas já que a gente tem a possibilidade de vistas, já que nosso
616 colega da CRBIO pediu, eu peguei e falei: vamos pedir junto e a gente vai
617 fazer e daqui a 30 dias está tudo aqui novamente.

618 - **Presidente João Paulo** : - Eu queria demover vocês deste pedido de vistas,
619 por que com esse atraso, vocês podem achar que não é significativo, mas é,
620 porque a gente teria que fazer uma reunião extraordinária para isso, porque a
621 nossa próxima reunião do Plenário do Conselho é daqui a três meses, salvo
622 engano em agosto. Além disso, dentro de todas as propostas apresentadas
623 aqui, todos tiveram tempo regimental para avaliação e esse pedido de vistas
624 pára o processo no mínimo por mais três meses. Eu estou sendo bem claro,
625 esse decreto ainda vai passar pela avaliação jurídica da SEPLAG, da Casa
626 Civil. Então, qual é o procedimento: nós construímos o Decreto, esse Decreto
627 foi discutido, já foi avaliado, colocamos para a aprovação do Conselho. Em
628 seguida vai para a SEPLAG que é a próxima instância, a partir daí o jurídico
629 da SEPLAG tem de 1 a 2 meses para fazer sua avaliação. Então, vai estudar
630 esse decreto por mais um mês e passa para a Casa Civil. A Casa Civil tem
631 mais um mês, ou 15 dias para fazer a avaliação jurídica para poder ser
632 sancionado pelo Governador. Nós estamos perdendo nesse prazo, uma
633 aplicação de uma política que foi colocada bem clara e que grande parte dela a
634 gente já conhecia a sua operacionalidade, por um período bem excessivo. Eu
635 gostaria que os conselheiros, eu até perguntei se para o decreto, se para esse
636 assunto caberia realmente um pedido de vistas mas parece que sim, então,
637 peço para vocês mais esse voto de confiança. Essas sugestões de vocês
638 poderiam ser encaminhadas pra a gente, a gente fazia uma avaliação,
639 encaminharia para SEPLAG, que também vai fazer sua avaliação num prazo
640 que é de mínimo 15 dias a 1 mês para poder fazer avaliação jurídica toda, para
641 fazer a formatação jurídica necessária para o Decreto e depois vai para Casa
642 Civil. Então nós temos várias instâncias ainda e me preocupa muito pelo
643 acúmulo de DAIAS que a gente estava começando a avaliar com a SEMAD e

644 já começando a colocar os nossos regionais já numa perspectiva de um prazo
645 curto que gente está trabalhando. O que eu vou ter que fazer ? Eu vou ter que
646 recuar todas as ações porque eu não tenho legalidade e legitimidade para fazê-
647 las. A SEMAD já está tendo a sua ação técnica que é focada no licenciamento,
648 então, estão em alinhamento e era para eu participar , mas eu vim para cá por
649 causa da urgência desse nosso Decreto. Eles já estão alinhando, e os atos
650 autorizativos não são mais prioridade, porque não faz parte do escopo legal
651 SEMAD, não tem mais nem atribuição. Se chegar amanhã, três, quatro, mil
652 produtores para protocolar uma DAIA, sendo emergencial, sendo uma limpeza
653 de pasto ou alguma coisa, vai ficar parado até a gente conseguir evoluir. A
654 gente já estava organizando para verificar o passivo, em cima do passivo já
655 estávamos centrando nas regionais ações imediatas para a gente trabalhar,
656 vamos ter um prejuízo institucional muito grande com esse atraso. Eu sei que é
657 importante, mas como tem ainda condições de manifestação tanto na SEPLAG,
658 quanto na Casa Civil, não faz sentido a gente ficar mais um período parado
659 com esse Decreto, não é a discussão, nem a efetivação da manifestação de
660 vocês, muito pelo contrário, é de extrema importância, é realmente pelo prazo
661 institucional. Um outro problema muito sério que a gente vai ter com isso é que,
662 a partir do momento que há uma regularização do limite prudencial, eu não
663 posso nomear ninguém enquanto o Decreto não for aprovado, porque eu não
664 tenho os cargos. Então, está se discutindo que em julho pode ter uma melhora
665 pelos esforços da SEFAZ, então, se sair em julho, vou perder a oportunidade
666 de negociar os cargos, porque eu não os tenho. Então, eu vou ter um
667 problema sério e com toda certeza, o estado por lei tem um número limitado de
668 cargos, de pontos para gente poder fazer a distribuição e está todo mundo de
669 olho. Nós estamos com todo o estudo pronto referente aos cargos, referente a
670 melhoria para o pessoal e se eu não tenho os cargos que eu posso pedir a
671 SEPLAG, eu vou perder esses cargos e eles vão passar para outra instituição
672 que já está estruturada. Então são coisas que vão trazer sérias consequências
673 que talvez vamos conseguir resolver só na próxima gestão. Então eu peço a
674 aprovação de vocês para podermos encaminhar esse Decreto junto ao
675 Governo, evitando dificuldades de assumir nossas atribuições.

676 - **Conselheiro Carlos Alberto da FAEMG:** - Nesses 15 minutos que eu pedi
677 vista conjunta, me ocorreram algumas situações, e outras que foram
678 colocadas aqui pelos meus colegas conselheiros, por esta razão, estou
679 retirando meu pedido de vista e convidando meu colega da CRBIO para retirar
680 também.

681 - **Conselheiro Vitor da CRBIO:** - Todo esse transtorno que eventualmente o
682 pedido de vista possa agregar a esse procedimento de aprovação deste
683 decreto está longe de ser objetivo meu e da CRBIO. A gente gostaria de estar
684 contribuindo de uma forma mais expressiva, lá na CRBIO, eu e outros colegas
685 fizemos uma análise dessa minuta de uma forma estratificada, por competência
686 de cada colega e na verdade, como eu disse, não era o objetivo a gente criar

687 transtorno. Estaria disposto a retirar esse pedido de vistas e eu acho que existe
688 uma possibilidade de ter um prejuízo no final, mas quero deixar registrado que
689 houve esse pedido no intuito de contribuir, logicamente, eu não sei se a
690 proposta da colega Daniela seria factível, sobre a gente fazer uma proposta,
691 quem sabe de algum encaminhamento posterior, se a gente aprovou uma coisa
692 aqui e depois levar uma proposta depois do que já foi aprovado, mas caso isso
693 seja possível eu gostaria sim de seguir por esse caminho.

694 - **Conselheiro Leonardo da SEPLAG** : - Vitor, é possível sim, tanto na fase
695 SEPLAG, quanto na fase Casa Civil. Então, a minha sugestão é que vocês
696 agilizem essa análise de vocês, num prazo de 15 dias, a coisa ainda vai está
697 sendo analisada. Dá tempo de não parar nada e só fazer alguma modificação,
698 porque acredito que o Decreto, ele não tem tantas questões muito específicas,
699 é difícil discordar de alguma coisa escrita aqui porque são as competências.
700 Então, discordar de alguma competência que já está instituída, a maioria já
701 conhece o trabalho do IEF, já pela própria apresentação você vê que não
702 existe grandes discordâncias. Agora, se houver alguma grande discordância dá
703 tempo de breçar ainda, mas eu acho que não vai haver. Vai ser alguma coisa
704 pontual que dá para trocar, sem problema, se for alguma coisa de
705 entendimento, de esclarecimento, dá para deixar mais claro e esse fluxo é um
706 fluxo completamente controlado pelo João, dá para o João controlar isso de
707 perto, a gente da SEPLAG também dá para interferir diretamente no processo,
708 a Casa Civil não está aqui, mas ela também, com certeza vai estar aberta para
709 isso. Claro que se demorar 2 meses para mandar alguma coisa, tem o perigo
710 de você ver o Decreto publicado e não vai dar tempo de falar nada, mas se
711 agilizar acho que dá.

712 - **Conselheiro Vitor da CRBIO**: - Sobre o prazo, acho que 7 dias seriam
713 suficientes, eu gostaria que, de repente, a assessora jurídica sugerisse um
714 modo operante, de como a gente faria isso. Eu acho que em 7 dias, dá pra
715 gente encaminhar algo bem conclusivo. Eu peço para que alguma eventual
716 alteração, alguma eventual adequação, pelo menos que a gente faça a leitura
717 aqui na reunião seguinte que vai acontecer em agosto. E dessa forma, eu
718 registro meu pedido de retirada de vistas.

719 - **Presidente João Paulo**: - Primeiro, vou agradecer aos dois que pediram
720 vistas, terem compreendido. Vocês sabem muito bem que todas essas dúvidas
721 podem ser encaminhadas direto para a Diretoria Geral, que seria aqui o
722 Secretário Executivo do nosso Conselho. Vou estar aqui, o Ronaldo também
723 vai estar à disposição para esclarecimentos, ele tem acompanhado bastante,
724 ele deixa o contato. Então, nós estamos afetos a isso. Vamos receber na
725 Diretoria Geral e eu encaminho para a SEPLAG, a partir daí as discussões e as
726 sugestões também. A gente retorna a justificativa de aceitação ou não do que
727 foi colocado, vocês tem o compromisso do Diretor Geral de retornar, não vai
728 ser mais um instrumento que vai chegar na Diretoria Geral do IEF, inclusive, na

729 próxima reunião eu não tendo atendido isso aqui, é uma coisa que vai constar
730 na ata, vocês podem manifestar. Recebendo a proposta de vocês, a gente faz
731 a análise, vamos encaminhar a SEPLAG e a gente traz o retorno daquilo que
732 foi acatado e se não foi acatado, porque de não. Desde já agradeço realmente,
733 porque esse vai ser com toda certeza um ganho extremo na aplicação da
734 nossa política, dos projetos que a gente está desenvolvendo no IEF e todos
735 sabem que a diretoria geral e IEF como um todo está aberto a qualquer
736 questionamento, a gente está realmente para discutir. Dessa forma vamos
737 tentar construir políticas públicas bem solidificados e bem efetivas. Agradeço
738 mais uma vez a vocês, então vou encaminhar isso para votação e está
739 registrado em ata a posição dos dois, dando um destaque especial a vocês
740 terem compreendido a nossa ansiedade, a nossa preocupação e a gente já
741 encaminhar para isso. Não havendo mais discussão, encaminhado para votação,
742 aqueles que forem favoráveis permanecem como estão. APROVADO.
743 Realmente vocês deram um apoio muito grande, e eu tenho que agradecer
744 porque vai ser muito importante. Os decretos são instrumentos jurídicos que
745 estão fazendo a composição da Lei, dando alguma especificidade da Lei e de
746 certa forma temos certeza de que no futuro algumas alterações terão que
747 serem feitas e essas alterações são bens salutaras para aplicação da política.

748 - **Conselheiro Carlos Alberto da FAEMG** : - Eu renunciei o pedido de vistas,
749 porque o Decreto em si é um instrumento, é um norte. O que a gente precisa
750 de ver é exatamente o cumprimento das funções do IEF no Decreto. Uma das
751 questões são os Atos autorizativos. Eu queria e não deu para capturar uma
752 demanda de baixo impacto, ela pode ser resolvida no escritório ou ela tem que
753 fazer igual colega falou, recebe aqui foi no malote manda para os outros. Como
754 é que fica os atos autorizativos de baixo impacto porque é complicado, você
755 quer drenar uma pequena lagoa para melhorar o meio ambiente e o processo
756 sai de lá porque a área de preservação permanente tem que ir no Diretor-
757 Geral.

758 - **Presidente João Paulo**: - O objetivo nosso Carlos Alberto é de
759 descentralizar o máximo possível, as ações têm que ser resolvidas aonde
760 acontece. O pessoal da diretoria de monitoramento está estudando o seguinte:
761 trazer essas informações para o CAR. A nossa ideia é que o CAR seja um
762 instrumento de gestão da atividade agrosilvopastoril, onde você vai ter todas as
763 informações. Você chega com uma propriedade rural, se é de baixo impacto,
764 se já é antropizada, a ideia é como já está qualificado dentro do CAR, já faz
765 uma pré-análise, se possível a gente gostaria, que ele já saísse com a DAIA
766 na mão. Nós estamos solicitando a autorização da COF para a aquisição de
767 400 computadores porque nós temos computadores que é da época do XT, da
768 tela verde e com tubo então estamos buscando reequipar toda a instituição
769 para poder atender. A nossa visão é que não há como você continuar
770 adotando essa política, de constantemente está travando, nós não temos
771 gente, o estado não vai ficar contratando, então o que nós temos que fazer é

772 trazer a tecnologia para dentro da instituição, nós estamos trabalhando nisso.
773 Tem um grupo que chama CLP que é Lideranças Públicas está fazendo um
774 estudo para gente, com relação a aplicabilidade dessas ações no CAR.
775 Estamos buscando, o máximo possível de tecnologia que a gente conseguir
776 trazer, inclusive, a, questão de taxas, de certidões, isso a gente está
777 resolvendo junto com a Fazenda para melhorar essa ação e evitar esse vai e
778 volta, buscando sistemas para dar essa resposta mais rápida.

779 - **Conselheiro Carlos Alberto da FAEMG:** - O IGAM, partir do dia 24 agora
780 está com um instrumento, aonde o produtor rural quando ele vai fazer o uso
781 insignificante, ele pode acessar via internet, pelo computador. O que é que
782 significa isso? O camarada não tem computador, mas no sindicato dele,
783 possivelmente, tem o computador. Ele vai lá e vai fazer o uso insignificante
784 dele. É um instrumento que a devia estar presente a séculos. Esses atos
785 autorizativos mais uma vez eu te falo, se você puder de alguma forma
786 melhorar, porque não tem sentido, o camarada está igual o Ronaldo falou, está
787 em João Monlevade tem que ir em Barbacena para pedir para arrancar 3
788 arvores. Uma coisa também João, que na operacionalização de sistema, para
789 nós a polícia faz parte do SISEMA, até que ponto você pode dialogar com o
790 Coronel da Policia do Meio Ambiente para que essas questões do auto de
791 infração não sejam do jeito que são. Tem 20 anos que a polícia não combina
792 com órgão ambiental, para vocês terem uma ideia eu convivi em uma
793 determinada época com uma posição da polícia militar, que o camarada era
794 multado e tinha um recurso, a defesa, então a CORAD acatava a defesa, a
795 polícia não concordava. Em linhas gerais é isso, ver o que é possível fazer
796 porque até hoje a gente vê auto de infração absolutamente despropositado. E o
797 órgão ambiental, na análise do auto de infração tem o corporativismo dele. Ele
798 tende a acatar o auto de infração e essas coisas todas que a gente conversa
799 há 15 anos. Eu ia falar nos 120.000 processos cuja dívida foi perdoada,
800 consequência de todos esses equívocos e você agora tem a oportunidade de
801 mudar isso.

802 - **Presidente João Paulo:** - Você já sabe algumas posições que eu já tive,
803 inclusive, com relação a polícia, quando era diretor de fiscalização eu questiono
804 muito o modelo. Nós estamos discutindo hoje, que o modelo ambiental focado
805 exclusivamente em comando e controle já está ultrapassado, hoje o estado não
806 tem estrutura suficiente para estar trabalhando, não estou falando que vamos
807 eliminar o comando e controle não, mas nós temos outros instrumentos como
808 serviços ambientais que poderíamos estar fazendo. Eu sempre tive a visão de
809 que, quanto mais multas eu tenho, eu considero uma ineficiência maior do
810 Estado, porque eu não consegui demover ou então colocar as outras políticas
811 que são prioritárias para o próprio usuário do sistema. Então hoje o que nós
812 estamos trabalhando muito, mas muito mesmo, é aprimorar cada vez mais os
813 outros instrumentos de gestão ambiental e eu tenho colocado o seguinte, o IEF
814 tem todas as condições de ser uma das maiores agendas positivas do país,

815 pela sua estrutura, Então, tenho colocado para o nosso pessoal, vamos
816 imaginar, vamos sair fora da nossa caixinha e vamos pensar que o IEF pode
817 ser o maior prestador de serviço ambiental, temos que ser prestadores de
818 serviços ambientais, por isso eu proibi fechar viveiro, por isso que eu fiz várias
819 dessas ações. Nós estamos encaminhando, nós tivemos agora sábado lá em
820 Extrema discutindo conservador da Mantiqueira para trabalhar em projeto
821 restauração junto com TNC e nós fizemos um treinamento semana passada
822 com a participação da WWF sobre gestão de conflitos no entorno de Unidade
823 de Conservação e uso público, então nós estamos trabalhando nessas outras
824 medidas também. É claro que o comando e controle nunca vai ser esquecido ,
825 não tem jeito, faz parte do processo e faz parte da política, mas a nossa ideia é
826 que ele não seja o principal instrumento, é que ele seja mais um. Desde 80, a
827 política ambiental brasileira ela vem nesse direcionamento. Essa é mais uma
828 linha Carlos Alberto, que a gente quer adotar e que nos ajuda muito ter o
829 Decreto publicado. Eu volto a agradecer os conselheiros, eu volto a realmente
830 manifestar a minha gratidão de vocês terem aceito as nossas justificativas.
831 Estamos abertos e chegando a nós as informações, vamos fazer a avaliação,
832 e vamos caminhar para SEPLAG, muito obrigado.

833 - **Conselheiro Leonardo do IEF** : - Com relação aos atos autorizativos, mais
834 perto do que a gente imagina, aqui no 5º andar, no andar de cima, a gente
835 tem o Núcleo que recebeu até março/2017 830 processos envolvendo atos
836 autorizativos de baixo impacto ou não, depende da análise de cada um. Era
837 atribuição da SEMAD, deixou de ser o ano passado e o pessoal da SEMAD,
838 com o Decreto foi embora também. Então, esses 830 processos até março,
839 fora o de lá para cá, abril e esse meio mês de maio que eu não sei quanto que
840 chegou lá, vai ser uma atribuição do IEF, mas ainda não é, porque o Decreto
841 não existe ainda e não é mais atribuição da SEMAD, não só legal como
842 humana porque ela tirou o pessoal de lá. Então, a gente tem dois servidores do
843 IEF, que compunham a SUPRAM, o núcleo, junto com outros da SEMAD que
844 ficaram agora no ar porque eles não voltaram oficialmente para o IEF que isso
845 depende do Decreto também e estou dando exemplo desses que são afetos da
846 região metropolitana, os outros.

847 - **Conselheiro Vitor da CRBIO**: - Uma pequena retificação na fala dos
848 colegas aqui, não é que em resumo a autorização saia rápido e sim que a
849 resposta saia rápido, ainda que seja pelo indeferimento, porque hoje o modelo
850 que , até então a gente sempre escuta é que: “ deu entrada no processo e
851 espera três anos “ e, às vezes, espera três anos para ter uma resposta
852 negativa e tem uma série de casos que a lei prevê que aquele pedido tem
853 legitimidade para que seja autorizado mas, sendo autorizado ou não, a
854 agilidade nessas análises ela, conforme o presidente já sugeriu, ela é
855 inversamente proporcional ao número de atos infracionais. Então, a eficiência
856 desse novo sistema ela, a médio e longo prazo, eu quero crer que a gente vai
857 perceber uma redução no número de processo para a gente votar aqui. Quanto

858 ao teu colega Carlos Alberto falou da Polícia Ambiental, eu tenho maior
859 respeito pela Polícia Ambiental, são grandes parceiros, eu tenho amigos na
860 polícia de meio ambiente, às vezes acompanho ações da polícia de Meio
861 Ambiente lá em Betim, mas eu reitero as palavras do Carlos Alberto. Eu não
862 gostaria de estar na pele de um fiscalizado pela polícia ambiental, porque eu
863 costumo perceber que, na dúvida, autue. E daqui a 10 anos, eu acho que a
864 gente ainda não vai ter um modelo de fiscalização por parte da polícia de Meio
865 Ambiente que seria o mais adequado, mas eu acho que a gente precisa dar o
866 start para que o pessoal trabalhe com um pouquinho mais bom senso, mesmo
867 sabendo que para questões ambientais, ações fiscalizatórias tem que ser
868 enérgicas. A ideia da dúvida, autue, eu não concordo com ela.

869 - **Presidente João Paulo** : - Finalizando, você tocou em um ponto
870 fundamental que a gente quer colocar o seguinte: o estado ele não tem que
871 dizer sim, ele tem que dizer o que você vai fazer se é sim ou não. Então, eu
872 não concordo, nunca concordei em lugar nenhum que eu estive nesses quase
873 30 anos de Estado, você tem que dar resposta, nem que seja o “não” porque
874 o não é a resposta que eu dou condições do nosso cidadão de buscar outras
875 formas, até que vá para justiça, ou ele adequa, entra com uma justificativa ,
876 ou ele busca outra alternativa. Isso é ruim para nós Estado, porque também
877 retarda inclusive investimentos. Então fala o não, que não tem condições, e as
878 vezes ele estava com outra opção que poderia dar. Realmente, o objetivo
879 nosso é dar resposta. Nós temos que ser efetivos na política ambiental, nós
880 não temos que ser efetivos somente na política de comando e controle, volto a
881 falar também, comando e controle mostra muito a ineficiência nossa. Nós não
882 conseguimos ter os outros instrumentos bem aplicados, estamos trabalhando
883 para aplicar bem os outros instrumentos.

884 Terminadas as discussões referentes a aprovação da Minuta do Decreto do
885 IEF, o Presidente João Paulo passou para os Assuntos Gerais e a
886 Conselheira Juliana da SEAPA fez o convite para todos participarem da 57°
887 Exposição Estadual Agropecuária, no Parque da Gameleira, de 1° a 4 de
888 junho. O Conselheiro Marcos da SEDECTES também se manifestou
889 sugerindo que, quando os Conselheiros pegassem um processo para relatar,
890 que fossem informados se o autuado era reincidente ou não, porque daria mais
891 segurança na hora de relatar, uma vez que já tinha visto a mesma empresa ser
892 multada várias vezes e não tinha nada no processo que informasse sobre isso,
893 sendo o infrator considerado ainda primário. O Presidente João Paulo achou
894 excelente a sugestão do Conselheiro Marcos da SEDECTES e acatou a
895 sugestão porque isso daria mais segurança aos Conselheiros na hora de
896 relatar e julgar os processos . O Presidente informou ainda, que haviam dado
897 um grande passo para tentar adquirir as novas estruturas e os novos projetos
898 de reestruturação do IEF. Terminados os trabalhos do dia, a Presidente João
899 Paulo, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, da qual foi lavrada
900 a presente.